

I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

G326

Gênero e interfaces com saúde física e mental [Recurso eletrônico on-line] I Congresso
CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana
- Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-366-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Violência de Gênero. 2. Saúde. 3. Mulher. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 5 - Gênero e Interfaces com Saúde Física e Mental se propôs a discutir experiências conexas ao gênero e saúde física e/ou mental, a partir da compreensão da saúde não apenas como uma ausência de doenças ou no seu aspecto biológico, mas sim como um produto de determinantes e barreiras sociais, econômicas, históricos e políticos. Assim, foram acolhidos os trabalhos que promoviam a reflexão sobre o gênero, como direitos reprodutivos/sexuais, esterilização, violência obstétrica, violência doméstica, papéis de gênero entre outros. Esses temas se vincularam à saúde física e mental e os textos foram desenvolvidos mediante pesquisas de abordagens qualitativas e/ou quantitativas ao realizarem um estudo com relevância teórica e prática. Alguns pontos discutidos foram: 1. Direitos reprodutivos e/sexuais e questões relacionadas a humanização da saúde; 2. Depressão, ansiedade e gênero;

3. Violência Doméstica; 4. Assistência à vítima de violência e suas consequências na saúde; 5. Políticas Públicas voltadas para gênero e saúde; 6. Desigualdade de gênero entre profissionais da saúde; 7. O papel do cuidado na saúde da mulher; 8. Promoção e acesso à saúde; 9. Transexualidade e saúde e 10. Vulnerabilidades sociais e autonomia.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA MACHISTA-PATRIARCAL E A
PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO NO
VALE DO JEQUITINHONHA – MINAS GERAIS**

**CONSIDERATIONS ON THE SEXIST-PATRIARCHAL SYSTEM AND THE
PROBLEM OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RURAL AREAS IN VALE DO
JEQUITINHONHA - MINAS GERAIS**

**Lízia Maria Silva Martins
Nadja Maria Gomes Murta**

Resumo

O trabalho faz parte da pesquisa do Programa de Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM, intitulada “O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha” em Minas Gerais. Apresentam-se reflexões sobre sistema machista-patriarcal e a violência contra as mulheres. Na pesquisa de campo identificam-se os desafios, como as limitações de acesso aos órgãos de atendimento; o medo vivenciado pelas vítimas e o alcoolismo. Destaca a importância de investir na formação social, nos trabalhos preventivos com os homens e nos mecanismos de estruturação das redes.

Palavras-chave: Mulheres, Violência, Campo, Trabalhadoras rurais, Vale do jequitinhonha

Abstract/Resumen/Résumé

The paper is part of the research of the Master's Program in Rural Studies at the UFVJM, entitled “Fighting violence against women in rural areas: Analysis of the perceptions of rural workers in leadership positions in municipalities in the Vale do Jequitinhonha” in Minas Gerais. Reflections on the sexist-patriarchal system and violence against women are presented. In the field research, challenges are identified, such as the limitations of access to care agencies; the fear experienced by the victims and alcoholism. It highlights the importance of investing in social education, preventive work with men and mechanisms for structuring networks.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Women, Violence, Field, Rural workers, Jequitinhonha valley

INTRODUÇÃO

A problemática da violência contra as mulheres é um fenômeno mundial que atravessa séculos, sendo uma expressão que compõem elementos estruturais da sociedade calcados nos valores e práticas do sistema machista-patriarcal. Sendo uma questão que ocupa centralidade nas preocupações no âmbito das políticas públicas, exigindo cada vez mais a articulação entre os órgãos das redes de atendimento às mulheres em situação de violência e das redes de enfrentamento a essa questão. Pensar o fenômeno da violência contra as mulheres possui múltiplas dimensões, uma delas diz respeito, a análise das suas especificidades territoriais, visando compreender como ela se manifesta seja no meio urbano ou rural, considerada as suas particularidades regionais.

O presente trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões teóricas iniciais acerca da pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM), intitulada “O enfrentamento à violência contra as mulheres no campo: Análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha” em Minas Gerais. Tornando-se necessário aprofundar as reflexões acerca dos elementos basilares do sistema machista-patriarcal, refletindo sobre as bases que estruturam as dimensões de raça, gênero e classe social, correlacionando com os aspectos legais e conceituais da violência, tendo a luta feminista como estratégia para a superação da condição de opressão e exploração sobre a vida as mulheres.

A partir de alguns apontamentos teóricos trazemos pontos centrais da análise das entrevistadas realizadas na pesquisa de campo com mulheres, trabalhadoras rurais, que estão ocupando espaços de liderança no movimento sindical, associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de municípios do Vale do Jequitinhonha. Visando problematizar os elementos acerca da percepção dessas mulheres sobre o cenário da violência em seus territórios, evidenciando os seus principais desafios para enfrentá-la e analisando as propostas e medidas apontadas por elas, como estratégias de enfrentamento.

Historicamente foi conformada no bojo das relações entre homens e mulheres, a construção de diferenças sociais entre os sexos, que permitiram gestar características atribuídas ao que é masculino e feminino, constituindo atribuições socialmente construídas de forma específica para cada gênero. Devido às características reprodutoras

da mulher, enquanto geradora da vida, foi construído no imaginário social que são atribuições suas às tarefas com ambiente doméstico, os cuidados com os filhos e a gestão da casa.

O pilar de estruturação das relações de gênero se baseia na categoria do patriarcado, na qual consiste em uma categoria de análise central para essa discussão, em que segundo Saffioti (2015):

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições, como já se afirmou. Isto posto, por que a Justiça não seria sexista? Por que ela deixaria de proteger o *status quo*, se aos operadores homens do Direito isto seria trabalhar contra seus próprios privilégios? E por que as juízas, promotoras, advogadas, mesárias são machistas? Quase todos o são, homens e mulheres, porque ambas as categorias de sexo respiram, comem, bebem, dormem, etc., nesta ordem patriarcal de gênero, exatamente a subordinação devida ao homem. Se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista. (SAFFIOTI, 2015, p.100)

Isso denota o quanto é profundo, complexo e enraizado as relações de dominação das mulheres pelos homens, na qual interfere em todas as dimensões da vida cotidiana. Porém é no ambiente doméstico que essas relações de desigualdade de gênero têm suas expressões mais evidentes, pois é neste espaço que é ensinado e construído o imaginário acerca do papel atribuído à figura do pai, na qual são trabalhadas e reproduzidas as atribuições de provedor do lar, de dominante, de representação da força física e de autoridade. Paralelo a isso, é mesmo espaço que o gênero feminino é educado para ter comportamentos e formar a consciência na perspectiva de aceitação e naturalização da dominação existente.

Temos a leitura de que mundialmente a sociedade se estrutura sobre bases de poder que são nutridas por três desigualdades básicas: 1) a desigualdade social, entre pobres e ricos; 2) a desigualdade racial, entre negros e brancos e; 3) a desigualdade de gênero, entre homens e mulheres. Essas relações são arquitetadas de forma que se correlacionam construindo relações de dominação de múltiplas dimensões. Nessa discussão, acerca do gênero, ocupa centralidade na análise, na qual, para Scott (2019), a categoria gênero diz justamente da compreensão dos processos de construções sociais dos papéis historicamente construídos para os homens e mulheres, que sustentam relações de poder, que no capitalismo, reproduzem mecanismos materiais de reprodução das desigualdades socioeconômicas, bem como, elementos imateriais e simbólicos,

através da construção da moralidade, das fundamentações religiosas, das tradições culturais.

Somado ao processo de análise da categoria gênero, temos as reflexões sobre as relações raciais, que desde o processo de colonização no Brasil tem expressado as marcas de exploração sobre os corpos das mulheres negras. Atualmente essa dominação ainda é presente, porém com novas roupagens. Segundo Nascimento (2019, 261), “*A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão*”.

As mulheres negras que trabalhavam na senzala no período da colonização, hoje estão ocupando os postos de trabalhos mais periféricos, sofrendo com os salários mais baixos e com as práticas de assédios. Tendo condições de trabalho muitas vezes sem dignidade, sendo constantemente desvalorizadas. E as negras que trabalhavam na cozinha da casa grande, e que exercia o cuidado com os filhos da mulher branca, hoje continuando ocupando as funções de trabalhos domésticos.

Para Saffioti (2015, 122) também há uma inter-relação direta entre o racismo, o machismo e as classes sociais. Para ela “*O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram*”. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber como na realidade que esses elementos convergem. Compreendendo o quanto a mulher negra da classe trabalhadora, tende a sofrer mais violência, mesmo sendo um fenômeno que afeta as demais mulheres como um todo.

Todo esse cenário evidencia a importância da luta feminista como movimento internacional das mulheres organizadas na busca pelas mudanças sociais que possibilitem uma igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo a bandeira do sufrágio universal, acesso à educação e das condições de trabalho, como pautas pioneiras do feminismo.

Como o fenômeno da violência ocupada centralidade em nosso trabalho, torna-se fundamental demarcar a importância da Lei Maria da Penha, como fruto de luta e resistência da própria Maria da Penha e das diversas organizações da sociedade civil envolvidas nesse processo. A Lei Maria da Penha (11.340/2006) institui os cinco tipos básicos de violência contra as mulheres: a violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, acometidas em âmbito doméstico, em relações íntimas de afeto. Não se limitando em acontecer somente com relacionamentos entre mulher e marido, namorado e namorada, mas também na relação do pai com a filha, do filho com a mãe e com um

casal lésbico. O foco da lei é atuar em casos que a vítima se identifica e se reconhece do gênero feminino.

Perante essas contribuições teóricas traçamos o caminho de análise sobre a questão da violência doméstica e familiar contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, a partir das percepções de trabalhadoras rurais que são lideranças.

OBJETIVOS

O trabalho objetiva a partir da percepção das trabalhadoras rurais em posição de liderança, analisar sobre o cenário da violência apreendido por elas, buscando sistematizar os desafios centrais para o enfrentamento à violência contra as mulheres no campo e analisar as possibilidades de medidas e iniciativas para o combate à essa problemática no meio rural no Vale do Jequitinhonha,

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos constituem na aplicação de roteiro de entrevistas semi-estruturadas, na qual até o momento foram realizadas quatro, de um total de nove. Sendo o público direcionado para trabalhadoras rurais em posição de lideranças no movimento sindical, pertencentes a municípios diferentes, associadas aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O perfil das entrevistadas pode ser caracterizado da seguinte forma, no que refere à identidade Étnico-racial, duas se consideram negras e duas pardas. Três solteiras e uma casada. Três têm filhos e netos e uma não. Duas assumiram coordenação da comissão de mulheres do Polo da FETAEMG¹ na região e três assumiram cargos estaduais na federação. Três foram candidatas a vereadoras e uma não, sendo somente uma que já foi eleita;

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa, sendo resguardada a segurança do sigilo e da identificação das participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Diagnósticos semestrais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais da Polícia Civil, tivemos no estado, um total de 441 casos em 2018, 380 casos em 2019 e 351 em 2020. No que refere aos dados de feminicídio no

¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais.

Vale do Jequitinhonha, segundo o mesmo relatório um total de 29 registros em 17 municípios no ano de 2018. Em 2019, foram levantados 20 registros em 15 municípios e 16 casos registrados em 12 municípios no ano de 2020. Segundo levantamento feito pelo Fórum Regional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da região, no primeiro semestre de 2021, teve aproximadamente 10 feminicídios. Esse cenário evidencia o quanto é recorrente a prática de violência, como também do feminicídio.

Ao analisar as percepções das mulheres trabalhadoras rurais em posição de liderança no Vale do Jequitinhonha, em relação ao cenário da violência contra as mulheres no meio rural, cabe destacar alguns dos depoimentos trazidos pelas entrevistadas.

[...] No meio das nossas trabalhadoras rurais, ultimamente isso tem me preocupado muito, vê no noticiário apenas nós sabemos, apenas aquilo que fala, matou em Joáima, matou em Jequitinhonha, matou em tal lugar, mas e o que nós não sabe? O que não vai para o registro e essas que somem, vai para aonde? Araçuaí tem duas mulheres sumidas, com duas crianças, alguém teve notícias delas? Então, o que que acontece, isso está no estado de Minas Gerais inteiro. O que aconteceu em Montes Claros agora recentemente? Mataram uma jovem, esquartejou e colocou na mala. [...]. Então é uma coisa que assusta, porque a violência contra as mulheres, eu estou sentindo que ela está crescendo. Há umas pessoas que falam [...]. Não, é porque antes a gente não via!. Não! Antes a gente não via, mas hoje a gente vê! E todo mundo dá notícia e ela continua cada vez mais, na nossa região. Nós só sabemos aquilo que chega no nosso conhecimento. [...]. Olha o caso de Divisa Alegre, então o que eu sinto, a minha visão. É que essa violência está cada vez mais, eu não sei explicar, se eu estou certa ou estou errada, mas minha visão é que a violência está aumentando entre nós mulheres. (ENTREVISTADA 1).

A partir desse relato torna-se evidente o quanto o fenômeno da violência contra as mulheres é cotidiano e recorrente, com a constante sensação de crescimento. Só nesta parte da entrevista ela cita casos de vários municípios.

Em relação acerca da comparação da realidade encontrada entre o urbano e o rural, a entrevistada faz os seguintes apontamentos:

[...] Agora, ao todo, existe muita violência, há uma diferença do campo e da cidade, eu acho que na cidade, existe mais violência do que no campo, às vezes no campo existe violência sim, psicológica, porque às vezes os agressores, os companheiros, agride as mulheres por palavras né, assim, o tratar da mulher né, psicologicamente né, na zona rural, mais esse tipo de violência. Agora, assassinato, é, fisicamente, eu acho que há um diferencial da zona rural pra cidade, eu acho que na cidade como ao todo, eu tô falando como ao todo, eu acho que existe muito mais violência na cidade do que no campo. [...] Agora na cidade, eu acho que existe mais violência de assassinato, violência fisicamente, né, (ENTREVISTA 4).

Os elementos que contribuem para analisar as diferenças da violência na zona urbana e na zona rural, a partir da citação acima, nos permitem destacar as particularidades da localização, que interfere em dois pontos centrais: o acesso das mulheres aos serviços de atendimento e o acesso destes serviços até as pessoas. Isto se dá pela tendência das casas nas comunidades rurais serem construídas mais distantes umas das outras, o que dificulta a vítima pedir socorro. Como também limita a comunidade em si, as lideranças e demais moradores terem a percepção de que a violência está acontecendo com uma mulher que seja vizinha. E conseqüentemente se moverem para colaborarem nos processos de denúncia ou ajudar na proteção, a partir de redes de solidariedade, constituídos por laços familiares, de amizade ou de vizinhança. Além das limitações de ampliação dos serviços públicos serem ofertados no meio rural.

No bojo dos desafios, outra entrevistada traz um aspecto muito importante que é a dimensão formativa, sendo elemento central que precisa ser investido e potencializado. Nesse aspecto percebemos como a formação e a informação gera poder, gera autonomia e promove liberdade. No âmbito dos desafios temos também a questão da necessidade de ter um diagnóstico mais preciso da realidade da violência, na qual é justamente difícil de ter por conta do medo, que acarreta um processo de silenciamento.

A partir dos dados colhidos na pesquisa de campo é possível afirmar que para pensar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no campo é fundamental não perder de vista a centralidade do fortalecimento do trabalho em rede envolvendo toda sociedade, articulando medidas preventivas e punitivas. Entendendo que só a perspectiva da punição não dá conta de responder a essa problemática. Somado ao fator do alcoolismo que é muito presente nas relações sociais no campo, e diz de um problema de saúde pública e reflete consideravelmente nas práticas de violência dentro de ambiente doméstico. Outra estratégia relevante que uma das entrevistadas traz, é a necessidade do trabalho preventivo com os homens para a desconstrução de condutas masculinas consideradas tóxicas.

Temos na região redes² de enfrentamento constituídas nas três microrregiões do Vale do Jequitinhonha que desenvolvem trabalhos de articulação entre os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil, para a promoção de ações preventivas, capacitações e demais iniciativas para o fortalecimento das redes municipais e dos

² Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Baixo Jequitinhonha. Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha. Fórum Regional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio Jequitinhonha.

Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres. Espaços que contribuem para a construção do horizonte é uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver livre de violência, pois o “Vale do Jequitinhonha que a gente quer, não tem violência contra a mulher”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2021.

MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Defesa Social: Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2014-2016. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 de abril 2021.

MOURA, M.M. **Os camponeses**, 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra e amor**. In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 4ª Reimpressão. 2019

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de Classes: Muito e Realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 60p.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In. HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 4ª Reimpressão. 2019